

24. O modo conjuntivo

Sumário

Apresentam-se neste capítulo as principais linhas exploradas na literatura para explicar a distribuição do modo conjuntivo em português.

A ideia tradicional de que este modo está associado à não realidade não explica a sua obrigatoriedade nalguns contextos em que é feita referência à realidade nem a impossibilidade de ocorrer nalguns contextos de irrealidade. O conceito de veridicidade resolve o segundo destes problemas, mas não o primeiro. Uma outra linha assume uma relação entre conjuntivo e não asserção. Dois problemas apontados a esta proposta são o facto de o conjuntivo não ocorrer em frases interrogativas e de os dados não se coadunarem com a noção clássica de asserção. Uma terceira análise relaciona modo com atitudes proposicionais, ocorrendo o conjuntivo nos casos em que a atitude não é conjuntamente epistémica e verídica. Esta hipótese pode ser formalizada numa semântica de mundos possíveis, que permite também descrever o significado dos tempos do conjuntivo.

Palavras-chave: conjuntivo, modo, tempos, veridicidade, atitudes proposicionais

1. Introdução

Em português, os verbos flexionam em função de várias categorias, uma das quais é o modo. Um dos principais modos do português é, juntamente com o indicativo, o conjuntivo, que tem sido objeto de várias análises, quer de pendor sintático quer de pendor semântico ou pragmático. No quadro da sintaxe generativa (cf., e.g., Raposo 1987, Ambar 1992), tem sido explorada a ideia de que uma frase com conjuntivo, ao contrário de uma frase com indicativo, é deficitária na especificação de traços de tempo, o que faz com que tenha de se ligar a uma estrutura sintática superior. Esta assunção de que o conjuntivo é um modo deficitário conjugase com a ideia tradicional de que o conjuntivo é, por excelência, o modo da subordinação, ocorrendo sobretudo em orações subordinadas, ideia que também tem reflexo em análises de pendor semântico. Estas têm tentado perceber a que fator semântico é sensível o conjuntivo. Isto é, o conjuntivo será uma marca morfológica que assinala a presença, no contexto sintático em que ocorre o verbo, de um dado valor semântico. Nesta perspetiva, o conjuntivo é uma marca sensível a propriedades do contexto, tal como os itens de polaridade negativa ou de polaridade positiva são expressões sensíveis à polaridade (negativa ou positiva) da frase, que não atribuem à frase em que ocorrem um valor de polaridade, mas são sensíveis à sua presença. Uma outra perspetiva é que o próprio conjuntivo marca um valor semântico.

Neste capítulo, apresentam-se as principais linhas que têm sido exploradas na tentativa de perceber o que caracteriza o modo conjuntivo em português. Na secção 2, identificam-se sumariamente os contextos sintáticos em que este modo ocorre, após o que se consideram análises propostas na literatura para dar conta da sua distribuição em português. A principal questão que tem sido debatida a propósito deste modo é relativa à sua distribuição: porque é que o

conjuntivo não pode ocorrer nalgumas orações finitas, é opcional noutras e obrigatório noutras ainda. Naturalmente, a resposta a esta questão tem de entrar em linha de conta com outras formas que concorrem com o conjuntivo, em particular o indicativo e o infinitivo. Uma questão menos tratada na literatura é relativa aos tempos do conjuntivo. É este o tema da secção 4, onde se discute a interpretação dos tempos do conjuntivo em português.

2. Distribuição do conjuntivo em português europeu

Em português, o conjuntivo ocorre nos diferentes tipos de frases, subordinadas ou não. Vejamos, separadamente, cada caso.

Em frases não subordinadas, o conjuntivo ocorre em frases imperativas negativas – e.g. *não tropeces!* –, em frases imperativas afirmativas, nos casos em que o modo imperativo é deficitário – e.g. *saíam!* –, em expressões fixas ou semi-fixas, como *Deus queira*, *assim seja*, etc., e ainda em frases declarativas sob o escopo de *talvez* ou *oxalá* – e.g. *talvez esteja alguém em casa*, *oxalá cheguemos a tempo!* O conjuntivo ocorre também em orações disjuntivas como (1) e em orações introduzidas pelo conector *daí que*¹:

- (1) a. Fosse pelo custo elevado, fosse pela pressão da opinião pública, o certo é que a dimensão da obra foi reduzida.
b. Quer chova quer faça sol, ele faz sempre o caminho a pé.
- (2) «Os Ghymes procuram, pois, as afinidades entre os homens, não as diferenças que os dividem, daí que os seus espectáculos sejam sempre bem recebidos em todo o mundo.» (CETEMPÚBLICO, par=ext50344-soc-98a-2)

Em orações subordinadas adverbiais, o conjuntivo é obrigatório nas frases finitas que sejam subordinadas adverbiais concessivas, como (3), condicionais-concessivas, ou incondicionais, como (4), finais, como (5), ou orações introduzidas por *sem*, como (6):

- (3) Embora fosse verão, o tempo estava frio.
- (4) Mesmo que chova, ele vem!
- (5) Ele faltou à reunião para que a sua presença não influenciasse a decisão.
- (6) Ela saiu sem que alguém desse por isso.

Em orações subordinadas adverbiais temporais e em orações condicionais, pode ser usado o conjuntivo ou o indicativo, como se descreve mais detalhadamente abaixo. A oração subordinada adverbial pode também ser infinitiva (ou gerundiva nalguns casos, como ‘*mesmo chovendo*, ele vem’), sem que, na generalidade dos casos, haja uma diferença evidente de significado em relação à correspondente finita. No entanto, esse não é o caso de orações temporais introduzidas por *antes* e *até*, que introduzem uma oração infinitiva ou uma oração finita, cujo verbo flexiona obrigatoriamente no conjuntivo:

- (7) a. A Maria emigrou antes de a guerra começar.
b. A Maria emigrou antes que a guerra começasse.

¹ Como observa T. Mória (c.po.), em (1), o resultado da coordenação das duas orações disjuntivas com conjuntivo é uma oração subordinada à frase *o certo é que a dimensão da obra foi reduzida*, e em (2) a oração com conjuntivo também não é independente, sendo ligada à frase *os Ghymes procuram, pois, as afinidades entre os homens, não as diferenças que os dividem* por um processo de suplementação, nos termos de Peres e Mascarenhas 2006.

- (8) a. Fica aqui até alguém te chamar.
- b. Fica aqui até que alguém te chame.

Como observado por Lobo 2013 ou Marques e Alves 2014, construções com *antes de* expressam apenas uma ordenação temporal das situações, enquanto o significado de construções com *antes que* envolve a consideração de um valor de finalidade. A frase (7b) pode ser parafraseada por *a Maria emigrou para evitar a situação, e suas consequências, de a guerra começar e ela estar no país*. Além disso, (7a), mas não (7b), tem a pressuposição de que a guerra começou. Esta pressuposição da verdade da oração introduzida por *antes de* não é sistemática (cf. Anscombe 1964 ou Heinämäki 1972). Existe em frases como (7a), mas não em exemplos como *ele desistiu da corrida antes de cortar a meta*, em que a oração subordinada é contrafactual, ou *ele saiu da sala antes de alguém ter entrado*, em que a aceitação da verdade da frase não complexa não obriga a aceitar nem a verdade nem a falsidade de que alguém entrou. Também em construções com *até* se pode observar uma diferença discursiva entre os casos em que este operador introduz uma oração infinitiva e aqueles em que introduz uma oração finita: frases como (8a) permitem inferir que o enunciador acredita na verdade da oração subordinada, enquanto em frases como (8b) a oração subordinada descreve uma possibilidade, mas não uma certeza do enunciador.

Em orações temporais introduzidas por outro conector, o conjuntivo está em distribuição complementar com o indicativo, verificando-se que o primeiro modo ocorre apenas em orações que referem situações futuras em relação ao ponto de perspectiva temporal relevante, o tempo de enunciação (t_0), nos exemplos seguintes:

- (9) a. Aviso-te logo que receba notícias!
- b. Avisei-te logo que recebi notícias!

Quanto a orações condicionais, à primeira vista, há uma associação entre a tripartição condicionais factuais, hipotéticas e contrafactuais² e o uso de um tempo do indicativo, do futuro do conjuntivo e do pretérito (imperfeito ou mais-que-perfeito) do conjuntivo, respetivamente:

- (10) a. Se estás cansado (como dizes), devias tirar umas férias. [condicional factual]
- b. Se eu encontrar a Ana, falo-lhe desse assunto. [condicional hipotética]
- c. Se ele tivesse estado atento, saberia o que se passa. [condicional contrafactual]

No entanto, esta associação não é sistemática. O indicativo pode também ocorrer em condicionais hipotéticas e contrafactuais, como mostram os exemplos (11a) e (11b), respetivamente, e o pretérito (imperfeito ou mais-que-perfeito) do conjuntivo não marca necessariamente a contrafactualidade, como mostram exemplos clássicos como (12):

- (11) a. Se há uma inundação nos próximos meses, nada disto se salva!
- b. Se ele perde o comboio, já não conseguia sair da cidade!

² Esta tripartição diz respeito ao valor de verdade do antecedente da construção condicional (nos exemplos apresentados, o antecedente corresponde à oração subordinada adverbial condicional). As condicionais são factuais se o antecedente for tido como verdadeiro; são contrafactuais se for tido como falso e são hipotéticas se a proposição correspondente ao antecedente não for dada como verdadeira ou falsa.

- (12) Se ela fosse alérgica à penicilina, coisa que não sabemos se acontece (ou não), teria estes sintomas que apresenta...

Considerando agora orações relativas, a primeira observação é que o conjuntivo pode ocorrer em relativas restritivas (tal como o indicativo), mas não em orações explicativas (a menos, naturalmente, que seja legitimado por um operador como *talvez* ou *oxalá*, à semelhança do que se verifica em frases independentes declarativas):

- (13) a. Preciso de um hotel que tenha canil.
b. encontrei um livro, que te {deve / *deva} interessar, bastante raro
c. Encontrei um livro, que talvez te interesse, bastante raro.

Em orações relativas restritivas, a ideia generalizada é a de que SNs com relativas no indicativo identificam entidades concretas que existem de facto, enquanto SNs com relativas no conjuntivo têm uma interpretação intensional, referindo entidades que podem não existir na realidade. É o que mostram os seguintes exemplos:

- (14) a. Gostava de comprar uma casa que tem dez quartos.
b. Gostava de comprar uma casa que tivesse dez quartos.

No entanto, o conjuntivo pode também ocorrer em relativas dentro de SNs que identificam entidades cuja existência é assumida pelo enunciador:

- (15) a. Diz-me o nome de um livro que tenha sido escrito por José Saramago (; qualquer um serve).
b. Houve quem se insurgisse contra a proposta.
c. Eles têm lá muitos pães. Traz-me o que estiver mais bem cozido

Simplificadamente, a diferença entre relativas com conjuntivo e relativas com indicativo é que, ao usar o indicativo, o enunciador identifica entidades concretas da realidade, enquanto que, ao usar um SN com conjuntivo na relativa, o enunciador não se compromete com a capacidade de as identificar, mesmo que as entidades identificadas pelo SN existam na realidade (cf. Marques 2013). Ou seja, um SN com conjuntivo na relativa tem um menor grau de referencialidade do que um SN com uma relativa no indicativo.

Em orações completivas, a ocorrência do conjuntivo é determinada fundamentalmente pelo verbo, nome ou adjetivo de que a oração é argumento. Alguns predicadores de complementação frásica são regentes de conjuntivo, outros de indicativo e alguns aceitam quer o conjuntivo quer o indicativo no seu argumento relevante.

O conjuntivo é obrigatório nas completivas finitas dependentes de expressões predicativas dos seguintes tipos:

- (i) associadas à expressão de valores de desejo (e.g., *querer*, *preferir*, *esperar*, *recear*, *desejo*, *ansioso*...)
- (ii) associadas à expressão de uma avaliação (e.g., *lamentar*, *admirar*, *surpreender*, *agradar*, ...)
- (iii) associadas à expressão de valores de permissão, obrigação e afins (e.g., *mandar*, *pedir*, *ordem*, *proibido*,...)
- (iv) associadas à expressão de causa, condição necessária ou condição suficiente (e.g., *fazer com que*, *levar a que*, *ser necessário*, *bastar*, *impedir*...)

- (v) associadas à expressão da dúvida (e.g., *duvidar*, *duvidoso*, *ter dúvidas*)
- (vi) verbos declarativos negativos (*negar*, *recusar*)

São regentes de indicativo expressões predicativas dos seguintes tipos:

- (i) associadas à expressão de conhecimento (e.g., *saber*, *descobrir*, *verificar*, *ciente*, *constatação...*)
- (ii) associadas à expressão de um compromisso (e.g., *prometer*, *juramento*, ...)
- (iii) verbos declarativos (e.g., *afirmar*, *dizer*, *garantir*, ...)
- (iv) verbos de ficção (e.g., *fingir*, *sonhar*, ...)

Em orações completivas dependentes de expressões predicativas que expressam crença pode ocorrer o indicativo ou o conjuntivo, dependendo de o grau de crença que é veiculado ser, respetivamente, forte ou fraco:

- (16) a. Acredito (convictamente) que estava alguém em casa.
- b. Acredito (pouco) que estivesse alguém em casa.

Com as expressões predicativas que expressam (des)crença (e.g., *acreditar*, *duvidar*, *pensar*), bem como com verbos declarativos (e.g., *dizer*, *garantir*, *assegurar*) e verbos compromissivos (e.g., *prometer*, *jurar*), a negação na frase matriz influencia a possibilidade de o conjuntivo ocorrer na oração completiva finita, já que inverte o grau de crença expresso. Assim, verbos como *duvidar*, em cuja oração completiva finita ocorre o conjuntivo no caso de a frase matriz ser afirmativa, admitem o conjuntivo em frases negativas (cf. *duvido que consiga acabar o trabalho a tempo* vs. *não duvido que consigo acabar o trabalho a tempo*), enquanto verbos como *achar*, *dizer* ou *prometer* têm o comportamento inverso: em frases afirmativas, é usado o indicativo no seu complemento, mas em frases negativas ocorre o conjuntivo (cf., e.g., *garanto que chego a tempo* vs. *não garanto que chegue a tempo*). Ainda assim, o modo que é usado no complemento destes verbos quando ocorrem em frases negativas pode ser o mesmo que em frases afirmativas, o que se pode dever a duas razões: (i) a negação é metalinguística, pelo não influencia a seleção de modo, já que se tem presente a frase afirmativa correspondente; (ii) a opção pelo indicativo em detrimento do conjuntivo é uma forma de o enunciador indicar que a oração completiva é verdadeira (é o que se observa no contraste entre *o Pedro não acredita que a Maria está doente* e *o Pedro não acredita que a Maria esteja doente*; ambas as frases indicam que o Pedro não acredita que a situação descrita pela oração completiva se verifique, mas a primeira, contrariamente à segunda, indica que, de acordo com o enunciador, essa situação se verifica de facto).

Para além da negação, também o tempo da frase matriz pode influenciar a seleção de modo nas orações completivas de verbos associados a valores de crença. É o caso do verbo *pensar*. Este verbo, quando usado do pretérito perfeito simples, facilmente aceita na sua completiva quer o indicativo quer o conjuntivo, mesmo em frases afirmativas:

- (17) a. (Sempre) pensei que a Maria era espanhola.
- b. (Sempre) pensei que a Maria fosse espanhola.

Note-se que, nestes exemplos, o contraste entre conjuntivo e indicativo não está associado à expressão de diferentes graus de crença. Tanto (17a) como (17b) indicam que o enunciador tinha um forte grau de crença na verdade da proposição completiva. Pode-se pensar que a

opção pelo conjuntivo nestes casos indica que no tempo de enunciação o enunciador já não acredita na verdade da proposição. No entanto, nem (17a), com indicativo, nem (17b), com conjuntivo, indicam qual é o grau de crença no tempo de enunciação. Ambas as frases podem ser seguidas por uma indicação de descrença na verdade da proposição (como *mas estava enganado*) ou por uma indicação de manutenção da crença (e.g., *e não me enganei*).

Descritos sumariamente os contextos de ocorrência do conjuntivo em português europeu, vejamos agora as principais linhas que foram exploradas na literatura para explicar a distribuição deste modo.

3. Análises do modo conjuntivo

Como referido no início deste texto, o modo conjuntivo em português europeu tem sido alvo de análises de pendor semântico ou pragmático e também no quadro da sintaxe generativa. Estas últimas exploraram aprofundadamente a ideia de que o conjuntivo é temporalmente deficitário, do que resulta a necessidade de se ligar ao tempo da frase matriz, obtendo-se uma sequência de concordância de tempos. Esta assunção de que o conjuntivo é temporalmente deficitário será retomada na secção 4. Na presente secção, ter-se-ão em conta análises do conjuntivo de cariz semântico ou pragmático.

3.1 Conjuntivo e valor de verdade

Duas ideias básicas bastante difundidas são as de que o conjuntivo é, por excelência, o modo da subordinação e que a oposição entre indicativo e conjuntivo reflete a oposição entre *realis* e *irrealis*. Ou seja, o indicativo ocorrerá em frases que descrevem a realidade e o conjuntivo em frases que não descrevem factos reais. Uma vez que, por defeito, a interpretação de uma frase é feita tendo por base a realidade, o conjuntivo só poderá ocorrer sob o escopo de um operador que assinale um “deslocamento da realidade”. Por esta razão, tipicamente o indicativo é considerado o modo que ocorre por defeito, sendo o conjuntivo o modo marcado. É esta, basicamente, a ideia que se encontra expressa nas gramáticas tradicionais quer do português quer de outras línguas românicas.

No entanto, esta ideia tradicional de que o conjuntivo é o modo do não real ou do não certo, apesar de ser coerente com muitos dos contextos em que este modo ocorre, enfrenta dois problemas: em primeiro lugar, em várias construções o conjuntivo é obrigatório, mas a oração relevante descreve uma situação real. É este o caso de orações completivas de várias expressões predicativas, como *lamentar*, *conseguir*, *fazer com que*, *ter sido suficiente para*, entre outras, e também de orações subordinadas adverbiais concessivas introduzidas por *embora* ou *se bem que* e de orações não subordinadas introduzidas por *daí que*. Em segundo lugar, como observado inicialmente por Farkas 1992 para outras línguas românicas, há construções em que o conjuntivo não pode ocorrer, apesar de a situação descrita não ser um facto da realidade. É este o caso de orações completivas de verbos de ficção, como *sonhar*, ou expressões predicativas como *fazer de conta*. Além disso, como visto acima, se bem que em orações subordinadas adverbiais condicionais hipotéticas ou contrafactuais possa ocorrer o modo conjuntivo, o indicativo também pode ocorrer. Em suma, não é verdade que a referência a um

plano diferente do da realidade determine o uso do conjuntivo, tal como nem sempre que a oração descreve um facto é excluído o conjuntivo.

De entre os casos problemáticos para a ideia tradicional de que o conjuntivo é o modo da não realidade, o mais debatido é a obrigatoriedade deste modo em orações completivas de verbos como *lamentar* e outras expressões predicativas que expressam igualmente um comentário acerca de um facto, ou uma avaliação (cf. secção 2). Estes verbos são classificados como factivos, termo que é usado com aceções diferentes na literatura, mas que têm em comum a observação de que o complemento de verbos como *lamentar* descreve um facto da realidade. Uma definição técnica de verbo factivo encontra-se em Karttunen 1971. De acordo com esta definição, uma sequência formada por um verbo factivo e a sua oração complemento permite inferir que a proposição completiva é verdadeira tanto quando a frase matriz é afirmativa como quando ela é negativa; isto é, são estruturas pressuposicionais, associadas à pressuposição da verdade da proposição completiva:

- (18) Lamento que a Ana tenha perdido as eleições. \Rightarrow A Ana perdeu as eleições.
 Não lamento que a Ana tenha perdido as eleições. \Rightarrow A Ana perdeu as eleições.

Esta definição de factividade permite classificar como factivas várias outras expressões predicativas, algumas regentes de conjuntivo (e.g., *surpreender*, *ter pena*, *achar bem/mal*, ...), outras regentes de indicativo (e.g., *descobrir*, *saber*, *esquecer-se*, ...).

Para além dos verbos factivos, há outras expressões predicativas que permitem também inferir que a sua proposição complemento é verdadeira, embora apenas em frases afirmativas ou em frases negativas. É o caso, respetivamente, de verbos como *conseguir* ou *levar a*, uma classe que Karttunen 1971 designa de “verbos implicativos”, e de verbos como *impedir* ou *evitar*, “verbos implicativos negativos” na designação do mesmo autor. Independentemente de a frase matriz ser afirmativa ou negativa, é o conjuntivo que ocorre na oração completiva finita dos verbos de uma e de outra classe. No que respeita ao valor de verdade da sua proposição complemento, outros verbos e expressões predicativas não permitem fazer qualquer inferência acerca da verdade ou falsidade do seu complemento. É o que se verifica, por exemplo, com verbos como *querer*, *pedir* ou *duvidar*, regentes de conjuntivo, com verbos como *dizer* ou *prometer*, regentes de indicativo, e também com verbos como *pensar* ou *acreditar*, que admitem ambos os modos na sua oração completiva. Em suma, tendo em conta o valor de verdade da proposição relevante, pode dizer-se que em português o conjuntivo ocorre nalguns casos em que a proposição é tida como verdadeira (e.g. orações completivas de verbos factivos como *lamentar*), noutros em que a proposição é tida como falsa (e.g. orações completivas de verbos como *impedir* em frases afirmativas) e noutros ainda em que a proposição não é tida nem como verdadeira nem como falsa (e.g., orações completivas de verbos volitivos). O mesmo se pode dizer acerca do modo indicativo. Este é o modo obrigatório em orações completivas de verbos como *saber*, que permitem inferir que a sua proposição complemento é verdadeira, de verbos como *fingir*, que permitem inferir a falsidade da sua proposição complemento, e de verbos como *dizer* ou *prometer*, que não permitem inferir nem a verdade nem a falsidade da sua proposição completiva. Assim, não parece existir em português europeu uma relação entre a (não) assunção da verdade de uma proposição e os modos indicativo ou conjuntivo.

Uma noção relacionada com a verdade da proposição, mas que não se confunde com a questão de a proposição ser, de facto, verdadeira ou falsa na realidade, é a noção de veridicidade (relativizada) de Giannakidou 1999 (veridicidade subjetiva, em Giannakidou 2013). Simplificadamente, a ideia-base é a de que uma frase não é verdadeira ou falsa sem mais. É-o sempre relativamente a um modelo em relação ao qual a frase é interpretada. Por exemplo, uma frase como *a Ana pensa que o Pedro é espanhol* indica que a proposição *o Pedro ser espanhol* é verdadeira para a Ana, independentemente de o ser ou não na realidade. A interpretação desta oração completiva é feita relativamente a um modelo que corresponde às crenças da Ana. Em orações completivas de verbos como *sonhar*, o modelo relevante é o que corresponde ao do sonho em questão; em orações completivas de verbos como *querer*, é considerado um modelo relacionado com os desejos de uma entidade, etc.

Dada esta noção de veridicidade, um operador é verídico se permitir inferir que a sua proposição complemento é tida como verdadeira no modelo relevante; caso contrário, será um operador não verídico. Posto isto, Giannakidou observa que em grego moderno (tal como se verificará noutras línguas) o conjuntivo ocorre em contextos não verídicos, isto é, sob o escopo de um operador não verídico. No que respeita ao português, pode observar-se que todos os verbos regentes de indicativo são verídicos, mas não se verifica que em todos os contextos de veridicidade é o indicativo o modo que ocorre. Por outras palavras, em português a não veridicidade conduz à seleção do conjuntivo, mas não é condição necessária para a ocorrência deste modo. O conjuntivo não assinala necessariamente não veridicidade.

Em contraste com a ideia tradicional de que o conjuntivo assinala a não realidade, a noção de veridicidade permite uma análise mais precisa dos dados e resolve um dos problemas apontados acima: o facto de o conjuntivo não ocorrer nalgumas orações que não descrevem a realidade, como é o caso de completivas de verbos de ficção, como *sonhar*. Estes verbos são operadores verídicos, já que permitem inferir que a sua proposição complemento é verdadeira no modelo relevante: o cenário fictício que introduzem. No entanto, o outro problema apontado acima à ideia tradicional – o de que o conjuntivo ocorre nalgumas orações que descrevem a realidade – não é resolvido pela hipótese da veridicidade. De facto, um operador que introduz uma proposição que descreve um facto real é um operador verídico, pelo que, se em português o conjuntivo também assinalasse não veridicidade, este modo não ocorreria nestas orações. No entanto, em vários tipos de orações que descrevem a realidade, o conjuntivo é obrigatório em português. É o caso de orações introduzidas por *embora*, por *daí que*, por verbos avaliativos, como *lamentar*, por verbos implicativos, como *conseguir*, e por verbos implicativos negativos, como *impedir*, que, quando ocorrem sob o escopo da negação, criam um contexto verídico (uma frase como *a chuva não impediu que a prova se realizasse* permite inferir a verdade da oração completiva).

De todos estes casos em que a ocorrência do conjuntivo é problemática para as análises que relacionam o modo com o valor de verdade da proposição, o mais debatido é o das orações completivas de verbos como *lamentar*. Uma proposta de explicação para o facto de, em português e noutras línguas, verbos como este serem regentes de conjuntivo é apresentada de seguida.

3.2 Conjuntivo e não asserção

Vários autores, a partir pelo menos de Hooper 1975, que se baseou em dados do espanhol, idênticos aos que se verificam em português, defendem que o uso do conjuntivo ou do indicativo é condicionado, respetivamente, pelo carácter assertivo ou não assertivo do enunciado. Um argumento apresentado em defesa desta hipótese é o facto de a interpretação de alguns verbos ser diferente consoante a sua oração completiva ocorra no indicativo ou no conjuntivo:

- (19) a. «Depois, o vice-rei insistiu que se assinassem novas pazes, mas o embaixador respondeu que só tinha ordem do seu rei para as confirmar oralmente.»
(CETEMPÚBLICO, par=ext118033-des-95a-1)
b. «O vereador João Silva bem insistiu que a questão era simples.»
(ib., par=ext384064-soc-98^a-1)
- (20) a. Ele (não) disse que saísse a correr.
b. Ele não disse que saíste a correr.

Com o conjuntivo na oração completiva, o verbo matriz tem interpretação deôntica, enquanto em (19b) e (20b), com indicativo, a frase matriz refere-se a um ato de fala assertivo.

Esta hipótese explica também porque é que em frases independentes é o indicativo que ocorre em frases declarativas e o conjuntivo em frases imperativas ou associadas à expressão de valores de desejo, já que só as primeiras correspondem a atos de fala assertivos.

Por fim, o facto de verbos como *lamentar* serem regentes de conjuntivo é explicado por esta hipótese como decorrendo do carácter pressuposicional destes verbos. Concretamente, a ideia defendida é a de que só faz sentido asserir uma frase com este verbo num contexto em que o falante assume já se saber que a sua oração completiva é verdadeira. Ou seja, uma frase como *o Governo lamentou que as buscas tenham sido inconclusivas* asserir que o Governo lamentou um facto, mas não que as buscas foram inconclusivas, informação que se assume ser conhecida antes da asserção da frase. Verbos como *lamentar* são, então, classificados como não assertivos, tal como o são outros verbos também regentes de conjuntivo, mas que não estão associados à pressuposição da verdade do seu complemento.

Em suma, esta hipótese defende que o conjuntivo é o modo da não asserção (ou não afirmação, em Soares 1999), sendo que, no que respeita a verbos de complementação frásica, é observada uma distinção entre verbos assertivos e não assertivos.

O principal problema apontado a este tipo de análise relaciona-se com a indefinição do termo “asserção”. Como observa Palmer 1986, dizer que alguns verbos são assertivos, pelo que selecionam indicativo, e outros são não assertivos, pelo que selecionam conjuntivo, não é mais do que usar uma etiqueta para classificar verbos, no caso de não se definir o que é asserção. Além disso, como observa o mesmo autor, frases interrogativas constituem enunciados não assertivos, qualquer que seja o conceito de asserção, mas é o indicativo, não o conjuntivo, que ocorre neste tipo de frases.

Em relação à definição do conceito de asserção, a Teoria dos Atos de Fala (Austin 1962 e Searle 1969) observa a existência de atos de fala assertivos, que correspondem a enunciados cujo objetivo é o de o enunciador expressar a sua crença na proposição que asserir. Assim, pode considerar-se a hipótese de que o que caracteriza enunciados assertivos, em que, de acordo com a hipótese em análise, ocorre o indicativo, é o facto de o enunciador expressar a crença no enunciado que profere. No entanto, a ideia de que o indicativo ocorre nos casos que

indicam crença na proposição e o conjuntivo nos casos em que se expressa crença negativa (como em *não acredito que eles já tenham chegado*) ou um grau fraco de crença (como em *talvez eles já estejam em casa*), hipótese defendida por Palmer 1986 e Bell 1990, entre outros, enfrenta o mesmo problema que as hipóteses analisadas em 3.1: o facto de o conjuntivo ocorrer em orações que descrevem factos tidos como verdadeiros.

Uma outra possibilidade, mais próxima da intuição de que o conjuntivo ocorre enunciados não assertivos, é recorrer à definição de asserção de Stalnaker 1979, segundo a qual, simplificada, asserir é introduzir informação nova no discurso. Com base nesta concepção de asserção, a hipótese de que o conjuntivo ocorre em enunciados não assertivos corresponderá à constatação de que uma frase com conjuntivo não introduz no discurso informação nova, seja porque a proposição em causa não é dada como verdadeira, seja porque, sendo dada como verdadeira, é informação pressuposta, que já faz parte do contexto discursivo antes da enunciação. No entanto, por um lado, o indicativo é obrigatório nalguns contextos em que a oração não introduz informação nova no discurso, como no seguinte exemplo:

- (21) Já todos sabíamos que a Ana gosta de Londres; a novidade é que se vai casar lá.

Por outro lado, orações em que o conjuntivo é obrigatório podem introduzir informação nova no discurso, como se pode verificar em exemplos como os que se seguem:

- (22) a. Os engenheiros descobriram que a chuva forte dos últimos dias levou a que as fissuras do edifício se tenham agravado.
b. Vai chover fortemente nos próximos dias. Daí que a protecção civil esteja a pedir à população para se manter em casa.

3.3 Conjuntivo e atitudes proposicionais

Em Marques 1995, é proposto que a distribuição do conjuntivo e do indicativo em português é condicionada pelo tipo de atitude que é expressa para com a proposição. Simplificada, o indicativo é seleccionado nos casos em que se expressa uma atitude de conhecimento ou crença forte e o conjuntivo nos restantes casos. Assim, o conjuntivo não assinalaria nenhum valor particular. Pelo contrário, é o indicativo que assinala um valor específico, ocorrendo em contextos que sejam conjuntamente epistémicos e verídicos, sendo o conjuntivo o modo complementar, que ocorre nos casos em que o contexto é não epistémico ou não verídico. Esta hipótese dá conta do facto de o conjuntivo ser obrigatório em contextos não verídicos (e.g., orações completivas de verbos como *querer*, *ordenar*, *impedir*, orações finais, orações introduzidas por *sem*, etc.), já que a veridicidade é condição necessária para a ocorrência do indicativo. Dá conta também do facto de o conjuntivo ocorrer em orações completivas de expressões predicativas avaliativas, como o verbo *lamentar* ou a expressão *achar bem / mal*, e de expressões predicativas causativas, como *levar a*, uma vez que a atitude que estas expressões predicativas expressam não é epistémica.

Em estruturas de complementação frásica, a atitude proposicional que é expressa corresponde a uma relação entre a entidade identificada pelo sujeito da frase matriz e a proposição completiva. No entanto, em frases negativas com alguns verbos, como *acreditar* e outros de sentido idêntico, é possível serem expressas duas atitudes, como se verifica nos seguintes exemplos:

- (23) a. A Ana (ainda) não acredita que o Pedro é licenciado em Física.
b. Na altura, não acreditei que a Maria era italiana.

Ambas as frases indicam uma atitude de não crença no estado-de-coisas descrito pela proposição completiva, atitude que envolve a Ana, no exemplo (23a), e o enunciador num período anterior ao tempo da enunciação em (23b), mas indicam também uma atitude de crença positiva da parte do enunciador no tempo da enunciação na mesma proposição. Assim, a ocorrência do indicativo nestas orações completivas deve-se à marcação de uma atitude de crença positiva: a proposição encaixada é tida como verdadeira para o enunciador no tempo de enunciação e é expressa para com essa proposição uma atitude de crença. Ou seja, o contexto é verídico e epistémico, o que leva à seleção do indicativo.

Em construções como estas, não é obrigatório o uso do indicativo na oração completiva; o conjuntivo pode igualmente ocorrer:

- (24) a. A Ana (ainda) não acredita que o Pedro seja licenciado em Física.
b. Na altura, não acreditei que a Maria fosse italiana.

Neste caso, as frases não dão qualquer indicação sobre se, no tempo de enunciação, o enunciador acredita ou não que a proposição completiva é verdadeira. Ou seja, estas frases expressam uma única atitude – de não crença – para com a proposição encaixada. Embora esta atitude seja epistémica, a oração completiva ocorre num contexto não verídico (não se pode inferir que a proposição completiva é verdadeira para alguma entidade), o que leva à seleção do conjuntivo.

A hipótese da relação entre modo e atitudes proposicionais pode ser formalizada no quadro de uma semântica de mundos possíveis, como se descreve de seguida.

Numa semântica de mundos possíveis, uma frase declarativa denota um conjunto de mundos possíveis: o conjunto dos mundos possíveis em que se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição. A interpretação da frase é feita relativamente a um contexto. No caso de frases declarativas, este contexto – o *context set* – pode ser descrito como o conjunto de mundos possíveis compatíveis com o que é assumido no contexto conversacional (cf., e.g., Heim 1992). No caso de orações sob o escopo de um operador, o contexto relativamente ao qual são interpretadas é o que é criado por este operador. Por exemplo, a oração completiva de uma expressão predicativa como *fazer de conta* é interpretada relativamente ao cenário fictício que esta expressão introduz e não tendo em conta o conjunto de mundos possíveis compatíveis com o que é assumido no contexto conversacional.

Posto isto, como é observado em Marques 2009 para orações completivas, em português, as orações com conjuntivo envolvem na computação do seu significado a consideração de pelo menos um mundo não-p (i.e., um mundo possível em que não se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição), enquanto que a interpretação de orações completivas com indicativo envolve a consideração apenas de mundos-p. Assim, a essência do conjuntivo em português será a de assinalar um contexto sintático cuja interpretação envolve a consideração de pelo menos um mundo não-p. Vejamos, brevemente, esta análise.

Como observado acima, o conjuntivo está excluído dos casos em que a atitude proposicional expressa para com a proposição relevante é uma atitude de conhecimento ou crença positiva. É esse o caso de exemplos como *a Ana pensa que os tubarões são mamíferos*. Esta frase indica que em todos os mundos possíveis compatíveis com as crenças da Ana os tubarões são

mamíferos. Assim, a interpretação do significado da oração completiva envolve a consideração apenas de mundos-p (mundos em que se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição encaixada). Em orações completivas de verbos como *acreditar* pode ocorrer quer o indicativo quer o conjuntivo:

- (25) a. Acredito que ainda há sobreviventes nos escombros.
b. Acredito que ainda haja sobreviventes nos escombros.

A frase (25a), com indicativo, expressa um grau de crença forte, sendo o seu significado próximo de *tenho a convicção de que ainda há sobreviventes nos escombros*, enquanto (25b), com conjuntivo, expressa um grau de crença mais fraco, sendo a construção parafraseável por *não excluo a hipótese de que ainda haja sobreviventes nos escombros, mas talvez não haja*. O mesmo é dizer que (25a) indica que todos os mundos possíveis compatíveis com as crenças do enunciador são mundos-p e (25b) indica que, no sistema de crenças do enunciador, há mundos-p e mundos não-p (i.e., há pelo menos um mundo possível compatível com as suas crenças em que ainda há sobreviventes nos escombros e pelo menos um mundo possível em que não há sobreviventes nos escombros).

De igual modo, predicados como *duvidar que p* e frases como *talvez p* indicam que no sistema de crenças relevante (o da entidade referida pelo sujeito da frase matriz no primeiro caso e o do enunciador no segundo caso) há mundos-p e mundos não-p. Por outras palavras, estas construções não permitem inferir que *p* é uma proposição verdadeira; o contexto em que *p* ocorre é não verídico. Em suma, um contexto não verídico envolve no seu significado pelo menos um mundo não-p. Como observado acima, em português e noutras línguas, nestes contextos ocorre o conjuntivo, mas não o indicativo.

Para além de contextos não verídicos, o conjuntivo em português ocorre também em orações tidas como verdadeiras na realidade; portanto, em contextos verídicos. É o caso, em orações completivas, de predicados avaliativos, como *lamentar p*, *ter pena de que p* ou *achar bem / mal que p*, por exemplo, e de predicados causativos, como *levar a que p*. Também no que respeita a estes predicados é defensável que o seu significado envolva a consideração de mundos não-p. No que respeita a predicados avaliativos, Heim 1992 propõe uma descrição do seu significado, que aqui se adota, que é próxima da de predicados volitivos (estes não verídicos):

- (26) C(ontext) Change Potential for *want*:
 $c + \alpha \text{ wants that } \varphi = \{w \in c: \text{for every } w' \in \text{Dox}_\alpha(w):$
 $\text{Sim}_{w'}(\text{Dox}_\alpha(w) + \varphi) <_{\alpha,w} \text{Sim}_{w'}(\text{Dox}_\alpha(w)) + \text{not } \varphi\}$ (Heim 1992: 197)

- (27) C(ontext) Change Potential for *be glad*:
 $c + \alpha \text{ is glad that } \varphi = \{w \in c: \text{for every } w' \in \text{Dox}_\alpha(w):$
 $w' <_{\alpha,w} \text{Sim}_{w'}(\text{rev}\varphi(\text{Dox}_\alpha(w)) + \text{not } \varphi)\}$ (ib.: 206)

Informalmente, estas definições indicam que o significado de *querer* é o de que, de entre as possibilidades compatíveis com as crenças do agente da atitude, aquelas em que se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição completiva são preferíveis àquelas em que não se verifica. Naturalmente, esta definição é extensível a outros verbos volitivos. Por exemplo, o significado do verbo *recear* será idêntico ao de *querer*, com diferença na ordenação dos mundos possíveis (i.e. $\alpha \text{ recear que } \varphi$ significa que, para α , há a possibilidade de φ e de não φ e

os mundos não φ são preferíveis, para α , do que os mundos- φ). Em suma, o significado de predicados volitivos envolve uma comparação entre mundos possíveis (compatíveis com o sistema de crenças do agente da atitude) em que se verifica o estado-de-coisas descrito pela oração completiva e mundos possíveis em que não se verifica. Quanto a predicados avaliativos, a definição em (27) capta a intuição de que também estes predicados envolvem uma comparação de alternativas. Informalmente, esta definição significa que em todos os mundos compatíveis com as crenças de α se verifica φ e que esses mundos são preferíveis aos mundos idênticos, mas em que φ não se verifica. Por outras palavras, uma frase como *agrada-me que ele tenha dito isso* significa que é melhor, para o enunciador, ele ter dito isso do que não o ter dito. Assim, a diferença entre predicados volitivos, como *querer*, e predicados avaliativos é a de que estes últimos envolvem um raciocínio contrafactual, contrariamente aos primeiros. Fora esta distinção, o significado de uns e outros envolve uma comparação entre mundos possíveis em que se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição completiva (mundos- p) e mundos possíveis em que não se verifica (mundos não- p). Assim, também o significado de predicados avaliativos envolve a consideração de mundos não- p , o que justificará a ocorrência do conjuntivo na oração completiva destes predicados.

Quanto a predicados causativos, como *levar a que p* ou *fazer com que p*, e também ao verbo *conseguir*, pode igualmente defender-se que o seu significado envolve um raciocínio contrafactual e, por conseguinte, a consideração de mundos não- p , o que explica que estas expressões predicativas sejam regentes de conjuntivo em português. Em relação a expressões causativas, a hipótese de que o seu significado envolve um raciocínio contrafactual encontra suporte na ideia, explorada por exemplo por Salmon 1998, de que indicar que p é a causa de q significa que, se p não tivesse ocorrido, sendo tudo o resto igual, q não se verificaria também. Assim, construções como (28a) e (28b) indicarão que, se o mar não estivesse em mau estado, sendo tudo o resto idêntico à realidade, as operações de busca não teriam sido interrompidas:

- (28) a. O mau estado do mar fez com que as operações de busca fossem interrompidas.
- b. O mar estava em mau estado; daí que as operações de busca tivessem sido interrompidas.

Analogamente, (29) indica que, se não fosse o esforço dos sindicatos, sendo tudo o resto idêntico à realidade, o Governo não teria adiado a privatização:

- (29) Os sindicatos conseguiram que o Governo acedesse a adiar a privatização.

As orações concessivas introduzidas por *embora* ou *se bem que* são outro contexto verídico em que o conjuntivo ocorre em português. Também para estes casos se pode assumir que a obrigatoriedade do conjuntivo se deve a um raciocínio contrafactual, já que os operadores concessivos expressam negação de expectativas: o significado de uma frase como (30a), abaixo, envolve a proposição implícita de que se esperava que a Ana falasse japonês, dado que vive no Japão. Assim, o significado destas construções também envolve a consideração de mundos não- p , o que poderá explicar a ocorrência do conjuntivo. No entanto, esta explicação, só por si, não é suficiente, dado que em construções adversativas, que expressam igualmente uma negação de expectativas, é o indicativo que ocorre, como mostra (30b):

- (30) a. Embora a Ana viva no Japão, não fala japonês.
- b. A Ana vive no Japão, mas não fala japonês.

A razão para que o conjuntivo ocorra em orações concessivas, mas não em orações adversativas, apesar da semelhança de significado entre os dois tipos de construção, carece de maior aprofundamento. Muito provavelmente, há razões de natureza discursiva na base desta distribuição do modo. De acordo com a hipótese que relaciona modo e atitudes proposicionais, a obrigatoriedade do indicativo em orações adversativas dever-se-á à mesma razão pela qual é este o modo de frases declarativas simples, como *está a chover* ou *Lisboa é a capital de Portugal*: ao asserir estas frases, o enunciador expressa a sua crença de que as mesmas são verdadeiras. Além disso, a asserção de uma frase declarativa tem o potencial para atualizar a informação partilhada no contexto conversacional. No modelo de Heim 1992, esta atualização consiste em retirar do *context set* – o conjunto de mundos possíveis compatíveis com o que é assumido pelos participantes na interação discursiva – todos os mundos possíveis em que não se verifica o estado-de-coisas descrito pela proposição asserida. Claramente, é essa também a função de orações adversativas. Já no que respeita a orações concessivas, embora a sua asserção comprometa o enunciador com a verdade das mesmas, pode-se considerar que o seu efeito discursivo é diferente. De algum modo, o objetivo básico da asserção de uma oração concessiva não é o de atualizar o contexto conversacional com a informação expressa pela oração concessiva, mas mais o de relativizar a importância, no discurso, da informação expressa por essa oração. Se assim for, parece razoável que, na interpretação de orações concessivas, sejam considerados mundos possíveis em que se verifica a expectativa criada pela oração concessiva (i.e., que a Ana fale japonês, no exemplo (30a)), o que justifica a ocorrência do conjuntivo, e em orações adversativas se considerem apenas mundos-p, dado o carácter assertivo destas orações; i.e., a função que têm de retirar do *context set* os mundos possíveis em que não se verifica o estado de coisas descrito pela oração.

Os restantes tipos de oração subordinada adverbial ou oração não subordinada em que o conjuntivo ocorre em português (e.g., orações finais, frases imperativas, ...) são contextos não verídicos. Ainda assim, como observado na secção 2, em orações condicionais hipotéticas ou contrafactuais, contextos não verídicos, pode ocorrer o conjuntivo ou o indicativo:

- (31) a. Se ele encontrar alguém pelo caminho, apanha um susto!
- b. Se ele chegasse cinco minutos mais tarde, perdia o comboio!
- c. Se ele tivesse vencido aquela corrida, estaria agora milionário!
- (32) a. Se ele encontra alguém pelo caminho, apanha um susto!
- b. Se ele chega cinco minutos mais tarde, perdia o comboio!
- c. Se ele tem vencido aquela corrida, estava agora milionário!

Embora o significado das frases em (31) seja idêntico ao das frases em (32), pode-se considerar que a interpretação dos exemplos em (32) é idêntica à de orações completivas de verbos de ficção, sendo a oração subordinada em (32a) parafraseável por *imagina que ele encontra alguém pelo caminho*. Ou seja, ao usar o indicativo, o enunciador dá a instrução para se considerarem apenas mundos-p (no exemplo (32a), mundos em que a Ana encontra alguém pelo caminho). Por contraste, em (31a), o contexto relativamente ao qual a frase é asserida inclui mundos em que a Ana encontra alguém pelo caminho e mundos em que não encontra. Assim, a hipótese de que o conjuntivo ocorre em contextos que envolvem a consideração de mundos não-p, enquanto o indicativo ocorre em contextos que envolvem apenas mundos-p, permite dar conta de dados como (31) e (32).

Finalmente, esta hipótese permite também explicar a possibilidade de se usar o conjuntivo ou o indicativo em exemplos como os seguintes:

- (33) a. Estás a trabalhar?! Pensei que estavas doente!
 b. Estás a trabalhar?! Pensei que estivesses doente!

Ao asserir uma ou outra frase, o enunciador não indica que espera da parte do interlocutor a confirmação de que ele está doente nem a de que não está: quer para (33a) quer para (33b) é adequada uma réplica do interlocutor como *e estou [doente]* ou *mas não estou [doente]*. Ao usar o indicativo, o enunciador descreve a sua crença numa altura anterior ao tempo da enunciação, altura em que tinha a convicção de que o interlocutor estava doente. Ou seja, nessa altura, o seu sistema de crenças continha apenas mundos-p e é esse sistema de crenças que o enunciador refere ao asserir (33a). Ao usar o conjuntivo, o enunciador dá a indicação que considera também mundos não-p; ou seja, indica que admite que estivesse enganado e que o interlocutor não estivesse de facto doente.

Em síntese, a análise do conjuntivo e do indicativo no quadro de uma semântica de mundos possíveis permite dizer que o que condiciona a ocorrência de um ou de outro modo é a questão de o contexto relativamente ao qual a frase é interpretada envolver a consideração apenas de mundos-p ou de pelo menos um mundo não-p.

4. Os tempos do conjuntivo

Em português, o modo conjuntivo tem seis formas (ou tempos), cujas designações tradicionais são indicadas na tabela I, acompanhadas por exemplos relativos à flexão do verbo *ser*:

Pretérito imperfeito	Presente	Futuro imperfeito
‘fosse’	‘seja’	‘for’
Pretérito mais-que-perfeito	Pretérito perfeito	Futuro perfeito
‘tivesse sido’	‘tenha sido’	‘tiver sido’

Tabela I – Formas do conjuntivo em Português

Se para os tempos compostos for assumido o tratamento proposto por Peres (1993) para as formas do indicativo, baseada na análise de Kamp e Reyle (1993) para o inglês, o conjuntivo terá três tempos: ‘pretérito’, ‘presente’ e ‘futuro’.

4.1 Conjuntivo e dependência temporal

Uma proposta bastante divulgada, sobretudo em estudos de sintaxe generativa (cf., e.g., Picallo 1984; Ambar 1992), explora a ideia de que os morfemas de conjuntivo são tempos dependentes, ligados pelo tempo da frase matriz. A favor desta proposta encontram-se dados como (34), onde tem de existir concordância de tempos entre a frase matriz e a subordinada, por contraste com estruturas de complementação frásica com indicativo:

- (34) a. Ele quer que o filho {seja / *fosse} médico.
 b. Ele quis que o filho {*seja / fosse} médico.
 (35) a. Lembro-me de que ele {é / era} médico.

- b. Lembrei-me de que ele {é / era} médico.

Estes dados podem ser explicados pela hipótese, explorada em vários trabalhos de sintaxe generativa, de que o conjuntivo é um tempo anafórico, ligado pelo tempo da frase matriz, enquanto o indicativo é um tempo independente. Embora atraente, a hipótese de que o conjuntivo é um tempo anafórico é questionável.

Em primeiro lugar, o conjuntivo pode ocorrer em orações independentes e, pelo menos nalguns casos, como em (36b), não parece defensável que o conjuntivo seja ligado por algum operador temporal presente na estrutura sintática ou no discurso:

- (36) a. Talvez ele {esteja / estivesse} doente.
b. {Seja / fosse} ele capaz de acabar o curso!

Em segundo lugar, noutros tipos de orações subordinadas com conjuntivo, que não orações completivas, pode não existir concordância de tempos entre frase matriz e frase subordinada (cf., e.g., Vogel, 1997). Vejam-se os seguintes exemplos, com orações subordinadas concessivas:

- (37) a. Naquela altura, defendi a proposta, embora agora me arrependa.
b. Agora acho que tens razão, embora antes eu pensasse de outra forma.

Finalmente, mesmo em orações completivas com conjuntivo, nem sempre existe concordância de tempos entre a oração subordinada e a frase matriz. Um exemplo claro deste facto é dado por orações completivas de verbos como *pedir*. Como observado, por exemplo por Oliveira 2003, se a frase matriz identificar uma situação passada, na oração completiva de *pedir* pode ocorrer quer o pretérito imperfeito do conjuntivo quer o presente do conjuntivo. O mesmo se observa com outros verbos regentes de conjuntivo:

- (38) a. Ele pediu que lhe telefonasses / telefonas.
b. O general {ordenou / exigiu / permitiu} que o portão {estivesse / esteja} sempre aberto.

Exemplos como os que se seguem ilustram a possibilidade de o verbo da frase matriz flexionar no presente e o da oração subordinada, no conjuntivo, no pretérito:

- (39) a. [Não vi se as luzes estavam apagadas.] Espero que estivessem.
b. Lamento que ele estivesse tão deprimido.

Em suma, nalgumas estruturas de complementação verbal com conjuntivo, verifica-se que tem de existir concordância entre o tempo da frase matriz e o da encaixada, mas noutras não. Além disso, o mesmo se pode dizer acerca de estruturas de complementação verbal com o indicativo:

- (40) a. Sei que ele {morava / mora} em Coimbra.
b. Disse que ela {estava / está} grávida.
(41) a. Achei que ele {morava / *mora} em Coimbra.
b. Supus que ela {estava / *está} grávida.

Assim, a questão de existir ou não concordância de tempos em estruturas de complementação frásica não depende do modo da oração subordinada, mas é uma questão lexical: há verbos de

complementação frásica que impõem restrições de sequências de tempos e outros que não o fazem, sendo que num e noutro tipo se encontram verbos regentes de conjuntivo e verbos regentes de indicativo (cf. Gonçalves *et al.* 2013 ou Marques 2015 para uma descrição e análise mais detalhadas).

4.2 Conjuntivo e referência temporal

As designações das formas simples do conjuntivo – *pretérito (imperfeito)*, *presente* e *futuro* – sugerem que estas indicam que o estado-de-coisas descrito pelas frases em que ocorrem é anterior, sobreposto ou posterior ao tempo da enunciação, respetivamente, assunção que é consistente com dados como os seguintes:

- (42) a. Ontem, talvez ele estivesse em casa (, mas hoje não está).
- b. Talvez ele esteja em casa (agora).
- c. Se amanhã ele estiver em casa, vou visitá-lo.

No entanto, em diversas construções pode ocorrer o presente ou o pretérito (imperfeito) do conjuntivo sem que existam diferenças claras de interpretação temporal:

- (43) a. Seja ele capaz de acabar o curso!
- b. Fosse ele capaz de acabar o curso!
- (44) a. Com esta segurança, duvido que alguém consiga assaltar o edifício.
- b. Com esta segurança, duvido que alguém conseguisse assaltar o edifício.
- (45) a. Caso tenhas sede, podes beber água deste chafariz.
- b. Caso tivesses sede, podias beber água deste chafariz.
- (46) a. Com a distância que ela já leva, mesmo que grites, ela não te ouve.
- b. Com a distância que ela já leva, mesmo que gritasses, ela não te ouvia.
- (47) a. Com o frio que está, logo que saias, constipas-te!
- b. Com o frio que está, logo que saíesses, constipavas-te!
- (48) a. Com esta tempestade, um barco que esteja no mar está em apuros.
- b. Com esta tempestade, um barco que estivesse no mar estaria em apuros.

Em todos estes exemplos, o ponto de perspetiva temporal (PPT) pode ser o tempo de enunciação. A diferença entre o primeiro e o segundo membro de cada par prende-se com a consideração de hipóteses mais realistas ou menos realistas. Os casos com presente do conjuntivo apontam para hipóteses plausíveis e que estão disponíveis no contexto de enunciação da frase, enquanto os casos com pretérito do conjuntivo ou têm uma interpretação contrafactual ou apontam para hipóteses mais distantes do que é esperado no contexto conversacional.

Quanto ao futuro do conjuntivo, expressa a mesma informação temporal que o presente do conjuntivo. Nos exemplos (49) e (50), a relação temporal associada às formas de conjuntivo expressa é de sobreposição a t_0 e em (51) e (52) é de posterioridade a t_0 :

- (49) a. Se souberes a resposta, é melhor dizeres já.
- b. Caso saibas a resposta, é melhor dizeres já.

- (50) a. Eles querem fotografar os navios que estiverem afundados no porto.
 b. Eles querem fotografar um navio que esteja afundado no porto.
- (51) a. Entrevista as pessoas que encontrares no caminho.
 b. Entrevista uma pessoa que encontres no caminho.
- (52) a. Telefona-me quando chegares.
 b. Telefona-me logo que chegues.

Como estes dados evidenciam, quer o presente do conjuntivo quer o futuro do conjuntivo podem ter t_0 como PPT. Em orações temporais, ambos os tempos expressam posterioridade em relação a t_0 , enquanto em orações condicionais ou relativas é de sobreposição se o predicado for estativo e de posterioridade se for não estativo. Assim, não parece verificar-se que entre o presente e o futuro do conjuntivo se estabeleça uma oposição de natureza temporal. Ambas as formas podem ter t_0 como PPT (o PPT do presente e do futuro do conjuntivo pode também ser posterior a t_0 , mas não anterior) e a informação respeitante a localização relativa varia consoante o tipo de predicado e o tipo de construção, mas é independente dos tempos do conjuntivo.

Em síntese, no que respeita à informação temporal associada aos tempos do conjuntivo, verifica-se que:

- (i) todos os tempos podem ocorrer em contextos em que o ponto de perspetiva temporal é o tempo da enunciação;
- (ii) o pretérito imperfeito do conjuntivo pode ter perspetiva temporal passada, contrariamente ao presente do conjuntivo e ao futuro do conjuntivo;
- (iii) com exceção das orações temporais e das completivas de verbos que impõem restrições temporais aos seus complementos (como *pedir*), a relação entre o estado-de-coisas descrito pela oração com conjuntivo e o ponto de perspetiva temporal é de sobreposição ou de posterioridade, consoante o predicado seja estativo ou não, respetivamente;
- (iv) em orações temporais, a leitura temporal é de posterioridade, independentemente de o predicado ser ou não ser estativo.

Assim, considerando apenas a informação temporal associadas aos tempos do conjuntivo, o sistema parece bastante desordenado. No entanto, há a ter em conta que todos estes tempos são formas do mesmo modo e, portanto, estão associadas ao significado do conjuntivo.

Como foi proposto em 3.3., o conjuntivo caracteriza-se por envolver referência a mundos não-p. Ou seja, uma frase com conjuntivo requer que se considerem mundos possíveis alternativos ao mundo de referência. Naturalmente, a informação temporal é comum aos diferentes mundos possíveis considerados. Posto isto, a oposição entre o pretérito do conjuntivo, por um lado, e o presente e o futuro do conjuntivo, por outro, é bastante simples (cf. Marques 2010): estas duas últimas formas apontam para possibilidades em aberto no contexto de enunciação, pelo que são formas dêiticas, enquanto o pretérito imperfeito do conjuntivo aponta para outras possibilidades: possibilidades acessíveis a partir de um ponto anterior a t_0 (em casos como, e.g., *há dois anos atrás, eu duvidava que ele fosse capaz*) ou possibilidades que não estão em aberto no contexto de enunciação (em casos como, e.g., *se eu fosse rico, comprava uma quinta*).

Quanto à oposição entre o presente e o futuro do conjuntivo, como mostram os dados (49)-(52), acima, estas formas não se distinguem entre si por diferenças de natureza temporal. Além disso, estão em distribuição complementar: o futuro do conjuntivo em orações relativas com quantificador universal (cf. (53a)), em orações condicionais introduzidas pela conjunção *se* (cf. (54a)) e em orações temporais introduzidas por *quando*, *enquanto* ou *assim que* (cf. (55a)). O presente do conjuntivo está excluído desses contextos (embora em relativas com quantificador universal haja alguma aceitabilidade), mas pode ocorrer noutros tipos de orações relativas, condicionais e temporais:

- (53) a. Todas as pessoas que {estiverem / ?estejam} inscritas podem concorrer.
 b. Uma pessoa que {esteja / *estiver} inscrita podem concorrer.
- (54) a. Se eu {encontrar / *encontre} a Ana, falo-lhe do assunto.
 b. Caso {concordem / *concordarem}, a reunião fica adiada para a próxima semana.
- (55) a. Enquanto {estiveres / *estejas} com gripe, não saias à rua!
 b. Logo que {possas / *puderes}, telefona-me!

Se, seguindo Kratzer 2013 e von Stechow 1994, entre outros, for assumido que orações introduzidas por operadores temporais como *quando*³ ou pela conjunção *se* envolvem quantificação universal, torna-se evidente que o futuro do conjuntivo só pode ocorrer em orações que correspondam a restritores de quantificadores universais. Se, seguindo Portner 1997, a noção de ‘mundo possível’ for substituída pela noção de ‘situação possível’ como definida em Kratzer 1989 (simplificadamente, uma situação possível é parte de um mundo possível, que é uma situação máxima), verifica-se que o futuro do conjuntivo ocorre apenas nas proposições que são apresentadas como denotando partes de situações maiores. Por exemplo, (54a) indica que todas as situações possíveis em que o enunciador encontra a Ana são parte de situações em que lhe fala do assunto em questão.

Finalmente, o facto de nas orações temporais com conjuntivo existir sempre leitura de futuridade, enquanto nas outras orações a leitura de posterioridade só se verifica com predicados não estativos, pode ser explicada como resultando da conjugação dois dados, para os quais existe evidência independente (cf. Marques 2010): (i) a interpretação de orações temporais é feita tendo em conta apenas o mundo real (i.e., conectores temporais requerem uma base modal histórica, como definida por Werner 2006), enquanto noutras construções com conjuntivo se consideram mundos possíveis alternativos à realidade; (ii) o conjuntivo exige que se considerem mundos possíveis (ou situações possíveis) alternativos (i.e., mundos não-p). A única forma de satisfazer ambas estas condições na interpretação de uma oração temporal, é considerar desenvolvimentos do mundo real posteriores a t_0 , já que o futuro é, pela sua natureza, incerto (i.e., nalguns desenvolvimentos futuros do mundo real verifica-se o estado-de-coisas descrito pela oração e noutros não se verifica).

3 O mesmo se pode dizer, naturalmente, a respeito de outros operadores temporais, como *enquanto*. Em orações como *quando cheguei, a reunião já tinha começado*, pode-se assumir que há quantificação universal sobre um conjunto singular (i.e., *quando* é equivalente, grosso modo, a *no tempo em que*). Também em orações introduzidas por *enquanto* e *assim que* se pode assumir que existe quantificação universal, sobre intervalos de tempo.

5. Conclusão

Pretendeu-se neste capítulo apresentar as principais linhas de natureza semântica e pragmática que foram exploradas na literatura para a análise do conjuntivo em português. Duas assunções clássicas são as de que existe uma relação entre conjuntivo e não realidade e a de que este é o modo da não asserção. A análise do conjuntivo com base numa semântica de mundos possíveis permite explicar a distribuição deste modo sem os problemas apontados a análises tradicionais e captar estas duas intuições clássicas. Permite também descrever de uma forma simples o sistema dos tempos do conjuntivo. Por último, refira-se que a noção de mundo possível é clássica na análise de verbos modais (e outros operadores de modalidade) e uma análise do conjuntivo nestas linhas permite tratar conjuntamente modo e modalidade.

Referências:

- Ambar, M. (1992), “Temps et structure de la phrase en portugais”, in Hans Obenhauer & Anne Zribi-Hertz (orgs.) *Structure de la phrase et Théorie du Liage*, Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 29-49.
- Anscombe, E. (1964), “Before and After”, *The philosophical Review* 73.
- Austin, J. L. (1962), *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press. (Reimp. 1980, Oxford University Press).
- Bell, A. (1990); “El modo en español: consideración de algunas propuestas recientes”; in: Ignacio Bosque (org.); *Indicativo y subjuntivo*; Taurus Universitaria.
- Farkas, D. (1992), “On the semantics of subjunctive complements”; in: P. Hirschbühler e K. Koerner (orgs); *Romance Languages and Modern Linguistic Theory*; John Benjamins; 71-104.
- Giannakidou, A. (1999), “Affective dependencies”, *Linguistics & Philosophy* 22.4, 367-421.
- (2013) “The subjunctive as evaluation”, for J. Blaszcak, et al. (orgs.). *Tense, Mood, and Modality: New Perspectives on Old Questions*, (<http://home.uchicago.edu/~giannaki/papers.html>).
- Gonçalves, A. et al. (2013), “Sequências de tempos em completivas finitas: restrições semânticas e efeitos na aquisição”, *XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Textos Seleccionados*, APL, 433-452.
- Heim, I. (1992), “Presupposition Projection and the Semantics of Attitude Verbs”. *Journal of Semantics* 9 (3), 183-221.
- Heinämaa, O. (1972), “Before”, in: Paul Peranteau, Judith N. Levi e Gloria C. Phares (orgs.), *Papers from the Eight Regional Meeting Chicago Linguistics Society*, Chicago: CLS.
- Hooper, J. B. (1975), “On assertive predicates”; in: P. Kimball (org.); *Syntax and Semantics* 4; New York; Academic Press; 91-124.
- Kamp, H. e U. Reyle (1993) *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*; Dordrecht: Kluwer.
- Karttunen, L. (1971); *The Logic of English Predicate Complement Constructions*; Indiana University Linguistics Club.
- Kratzer, A. (1989), “An Investigation of the Lumps of thought”, *Linguistics and Philosophy* 12(5), 607-653.

- (2013), *Modals and Conditionals*. Oxford: Oxford University Press.
- Lobo, M. (2013), “Subordinação adverbial”, in: Eduardo P. Raposo *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, cap. 38, 1981-2057.
- Marques, R. (1995), *Sobre os valores dos modos conjuntivo e indicativo em português*, diss. Mestrado, Faculdade de Letras da Univ. Lisboa.
- (2009), “On the selection of mood in complement clauses”, in: Lotte Hogeweg, Helen de Hoop e Andrej Malchukov (orgs.), *Cross-linguistic Semantics of Tense, Aspect and Modality*, John Benjamins, 179-204.
- (2010), “Sobre a semântica dos tempos do conjuntivo”, *XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Textos Seleccionados*, APL, 549-565.
- (2013), “Modo”, in: Eduardo P. Raposo *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, cap. 19, 671-693.
- (2015), “Référence au réel et concordance des temps en portugais européen”, *Travaux linguistiques du Cerlico*, 26, no prelo.
- Marques, R. e Ana Teresa Alves (2014), “Sobre as variações de modo nas frases subordinadas temporais com *antes*”, *XXIX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Textos Seleccionados*, APL, 333-343.
- Oliveira, F. (2003), “Modalidade e modo”, in: M.^a Helena M. Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.^a ed. Lisboa: Caminho, 243-272.
- Palmer, F. R. (1986), *Mood and Modality*; Cambridge: Cambridge Textbooks in Linguistics.
- Peres, J. de Andrade (1993), “Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese (First Draft)”; *Cadernos de Semântica* 14; Lisboa: Fac Letras da Univ. Lisboa.
- Picallo, C. (1984) The Infl node and the Null Subject Parameter. *Linguistic Inquiry* 15, 75-102.
- Portner, P. (1997), “The semantics of mood, complementation and conversational force”, *Natural Language Semantics* 5, 167-212.
- Raposo, E. P. (1987) Case Theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese. *Linguistic Inquiry* 18 (1), 85-109.
- Salmon, W. C. (1998), *Causality and Explanation*, Oxford: Oxford University Press.
- Santos, M. J. Almeida Vieira (1999), *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa: uma proposta de análise sintáctica e semântico-pragmática*, Diss. Dout.; Univ. Coimbra.
- Searle, J. R. (1969), *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stalnaker, R. (1979); “Assertion”; in: P. Cole; *Syntax and Semantics*; vol. 9; New York Academic Press; 315 - 332.
- Vogel, R. (1997), *Aspects of Tense*, Diss. Dout., The Hague: Holland Academic Graphics.
- von Stechow, K. (1994), *Restrictions on Quantifier Domains*, Diss. Dout., Univ. de Massachusetts, Amherst, G.L.S.A.
- Werner, T. (2006), “Future and non-future modal sentences”, *Natural Language Semantics*, 14.3, 235-255.